



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 058

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 058

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Ordinária	02
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação	02
2ª Discussão	02
1ª Discussão	03
Encerramento da Sessão Ordinária.....	07

057ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 057ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2005

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariada pelo Sr. Deputado Reni Pereira e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duflío Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (44). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, André Vargas, Carlos Simões, Nelson Justus e Renato Gaúcho (06). Achando-

se em viagem representativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados Luiz Accorsi, Padre Paulo Campos e Rafael Greca (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Porto Amazonas - Ação Social - PROVOPAR, com sede em Porto Amazonas e foro na Comarca de Palmeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Francisco Beltrão, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação Leite Oeste, localizada em Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no mesmo muni-

cípio. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que dispõe sobre eleições diretas para a escolha, pela Comunidade Universitária, de Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e de Diretores das Faculdades Estaduais isoladas. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECET. Aprovado. (Publ. no DA nº 114/2004, de 30/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 453/2004
VOTO EM SEPARADO

P A R E C E R :

Trata-se de Projeto de Lei nº 453/2004, de iniciativa do Sr. Deputado Estadual Barbosa Neto, e que visa dispor sobre eleições diretas para a escolha, pela comunidade universitária, de Reitores e Vice-Reitores das Universidades estaduais e de Diretores das Faculdades Estaduais isoladas.

Foi apresentado pelo ilustre Deputado Estadual Ailton Araújo parecer contrário à proposição, alegando-se vício de origem por esbarrar em iniciativa privativa do Executivo.

Ocorre que conforme previsão legal do artigo 87 da Constituição Estadual depreende-se o artigo 87 - compete privativamente ao Governador:

...

XIII - nomear agentes públicos nos termos estabelecidos nesta Constituição.

Pois bem, salvo melhor juízo, a escolha do Reitor das Universidades a que se propõe no projeto em epígrafe será feita com a participação da comunidade universitária, e tão somente após esta escolha, se dará a nomeação pelo Governador do Estado. Vale dizer que a atividade de nomear é do Sr. Governador, mas nada impede que a escolha seja feita de forma democrática através do voto direto e discreta. Ora, a escolha por lista tríplice também se dá de forma indireta pelo Governador do Estado que escolherá dentre três nomes indicados, um a ser nomeado. Frise-se que somente será nomeado após a escolha feita dentre três nomes, ou seja, o artigo 87 da Constituição Estadual trata da função de nomear, não de escolher.

Prosseguindo na análise, desta vez do artigo 66 da Constituição Estadual a saber:

Art. 66. Ressalvando o disposto nesta Constituição, são de iniciativa do Governador do Estado, leis que disponham:

...

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargo...

O entendimento que se depreende do texto proposto no projeto é de que não se está criando nenhum cargo, nem alterando sua remuneração, nem seu regime jurídico, mas tão somente mudando a forma de escolha para um cargo que já existe, com salário pré-definido.

Diante do exposto, apresento voto em separado, favorável, ao Projeto de Lei nº 453/2004.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 453/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Barbosa Neto, dispõe sobre eleições diretas para a escolha, pela comunidade universitária, de Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e Diretores das Faculdades Estaduais isoladas.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável à mesma.

Quanto ao mérito, a Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia encontrou, na proposição em tela, uma saudável forma de democracia, assegurando, nas nossas instituições de ensino superior, a livre escolha de Reitores, Vice-Reitores e Diretores, sem a necessidade do envio de "lista tríplice" ao Sr. Governador.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 453/2004.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe a função de Ouvidor Corregedor nas Universidades e Faculdades Estaduais do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECET. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 09/2005
PEDIDO DE VISTAS
VOTO EM SEPARADO

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, cria a função de Ouvidor-Corregedor nas Universidades e Faculdades Estaduais do Paraná. Solicitamos vistas em função de o mesmo ter recebido parecer contrário do nobre Deputado Elton Carlos Welter,

baseado no artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual (competência privativa do Governador do Estado).

Atentos à leitura do projeto, concluímos que tal propositura vem ao encontro dos anseios da comunidade docente e discente do nosso Estado. Precisamos de instituições públicas transparentes e mais próximas da comunidade e, a Ouvidoria nas Faculdades e Universidades Estaduais, é o caminho para a concretização desses interesses.

Portanto, somos de parecer favorável a tramitação do projeto através do Substitutivo Geral anexo, para apreciação do Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 09/2005

Art. 1º Fica criada a Ouvidoria nas Universidades e Faculdades Estaduais como um órgão de assessoramento administrativo no que concerne à comunicação com a comunidade, visando o aperfeiçoamento das ações institucionais.

Art. 2º A Ouvidoria será coordenada por um(a) Ouvidor(a) escolhido(a) através de lista tríplice pela comunidade, em voto secreto organizado pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para um mandato de 2 (dois) anos, em data não coincidente com a eleição para Reitor, sendo permitida uma única recondução para mandato consecutivo, e desempenhará a função em caráter de dedicação exclusiva, ressalvadas as atividades docentes.

Art. 3º Compete à Ouvidoria:

I - receber e dar o devido encaminhamento, quando devidamente apresentadas as reclamações, denúncias, sugestões ou demais contribuições que lhe forem dirigidas por membro da comunidade universitária ou da comunidade em geral;

II - acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, garantindo o direito de resolutividade e mantendo o requerente informado do processo;

III - propor ao Reitor a implementação de medidas administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente;

IV - propor aos órgãos da administração a edição, alteração e revogação de atos normativos, com vistas ao aperfeiçoamento acadêmico ou administrativo da Instituição;

V - sugerir aos órgãos da administração medidas de aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da Instituição;

VI - atuar, como mediador em conflitos de interesse e divergências internas, atendidas as normas internas e a legislação vigente;

VII - promover a divulgação de suas ações, visando à melhor consecução de seus objetivos;

VIII - encaminhar relatório semestral de suas atividades ao Conselho Universitário e SETI;

IX - prestar informações e esclarecimentos ao Conselho Universitário e a SETI, quando convocado para tal fim;

X - promover pesquisa de opinião junto a segmento(s) da comunidade universitária, com o fim precípuo de subsidiar as ações referidas nos itens IV e V deste artigo, excetuando-se as sondagens que envolvam explicitamente o nome de qualquer membro da comunidade, bem como aquelas concernentes à matéria sobre a qual já tenha ocorrido deliberação dos órgãos colegiados superiores.

Art. 4º No exercício das atribuições previstas no artigo anterior, a Ouvidoria deverá:

I - receber as contribuições encaminhadas pela comunidade, dando-lhes o devido encaminhamento, mesmo àquelas sem identificação, neste caso se justificáveis as razões do anonimato;

II - recusar como objeto de apreciação as questões pendentes de decisão judicial;

III - rejeitar e determinar o arquivamento de manifestações improcedentes, mediante despacho fundamentado;

IV - promover as necessárias diligências visando ao esclarecimento da questão em análise, sendo no entanto, expressamente vedada a participação de algum de seus membros como defensor dativo em processo administrativo;

V - atender sempre o manifestante com cortesia e respeito, sem discriminação ou pré-julgamento, dando-lhe uma resposta à questão apresentada, no menor prazo possível e com objetividade;

VI - agir com integridade, transparência, imparcialidade e justiça;

VII - zelar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência pública;

VIII - resguardar o sigilo das informações.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

BARBOSA NETO - Relator

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei do nobre Deputado Delegado Braddock, tem por objetivo atualizar, através da figura do

Ouvidor, a atuação das Faculdades e Universidades no Estado do Paraná, a exemplo de países como a Espanha. Anexo a este substitutivo geral, tomamos a liberdade de encaminhar sugestões para a regulamentação do mesmo pelo Governo do Estado, como contribuição do nobre Deputado.

Quanto a organização da Ouvidoria, sua regulamentação poderá seguir os tópicos abaixo:

I - o(a) Ouvidor(a) receberá gratificação pelo exercício da função correspondente a ser definido pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia;

II - a destituição do(a) Ouvidor(a) dependerá de prévia aprovação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por maioria absoluta dos votos mediante votação secreta.

a) É vedada a concomitância da representação referida neste artigo com qualquer mandato sindical, função gratificada (FG) ou cargo de direção (CD).

b) Caberá ao Ouvidor Geral a coordenação geral dos trabalhos internos da Ouvidoria e a implementação de suas ações executivas.

c) O detalhamento das ações do Ouvidor Geral, bem como dos demais membros da Ouvidoria, deverá ser estabelecido por essa própria unidade, sem reunião técnica lavrada em ata específica.

III - O mandato dos membros da Ouvidoria será de dois anos, permitida a recondução;

IV - O Ouvidor Geral será escolhido em votação de lista tríplice elaborada pela comunidade, em escrutínio secreto na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

a) É permitida a composição desta lista tríplice por docente ou servidor técnico-administrativo ativos e inativos, bem como por qualquer membro da comunidade escolar, atendido os requisitos exigidos ao cargo.

b) Em caso de férias ou afastamento até 60 (sessenta) dias do Ouvidor Geral, assumirá as funções como seu substituto, o segundo mais votado dentre os nomes da lista tríplice.

b.1) Na hipótese do afastamento ser superior ao prazo previsto no encaixe anterior, o Ouvidor será exonerado e proceder-se-á escolha de um outro ocupante para o cargo.

V - Para provimento do cargo de Ouvidor(a) deverão ser observadas as seguintes condições:

- idade mínima de 21 (trinta) ??? anos;

- ser domiciliado há pelo menos 3 (três) anos no município da Instituição de Ensino a que se pretende concorrer;

- idoneidade moral e bons antecedentes.

VI - O Ouvidor será assistido no desempenho de suas funções pelos seguintes auxiliares escolhidos pelo mesmo:

- Ouvidor(a) Assistente;

- Secretário (a);

- Servidor(a) Técnico(a) Administrativo(a).

VII - Constituem motivos para destituição do Ouvidor Geral, bem como de qualquer outro membro da Ouvidoria:

- a) comprovada incompetência no desempenho das funções previstas no artigo 3º;

- b) prática de atos que extrapolem sua competência, nos termos estabelecidos por esta lei;

- c) conduta ética incompatível com a dignidade da função;

- d) outras práticas e condutas que, a critério da Assembléia Legislativa, justifiquem a destituição.

Quanto ao funcionamento da Ouvidoria, sugere-se:

VIII - À Ouvidoria serão asseguradas plena autonomia e independência no exercício pleno de suas atribuições, de forma independente de sua vinculação organizacional.

IX - À Ouvidoria serão assegurados acesso direto a docentes e técnico-administrativo, a documentos e informações no âmbito das Instituições de Ensino, necessário e vinculados ao desempenho de suas funções.

a) O dirigente ou servidor da Universidade deverá pronunciar-se sobre o objeto das demandas que lhe forem apresentadas pelo Ouvidor Geral, no prazo de 07 (sete) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa apresentada à Ouvidoria.

b) Os integrantes da Administração Superior, os dirigentes de Centros e de unidades isoladas terão prazo de 30 (trinta) dias para responder as propostas ou as interpelações de caráter abrangente apresentadas pela Ouvidoria, prorrogável por igual período, quando solicitado a Ouvidoria mediante justificativa do não-cumprimento do prazo estabelecido.

X - O não-cumprimento do disposto nos incisos supramencionados sujeitará, ainda, o dirigente ou servidor a apuração de sua responsabilidade, através dos procedimentos administrativos pertinentes, mediante representação do Ouvidor Geral a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

XI - À Ouvidoria é também assegurada à solicitação de servidores que, devidamente autorizados pela Chefia imediata, possam contribuir para a realização de tarefas específicas, temporárias e determinadas.

XII - Todos os membros e unidades da Instituição de Ensino deverão prestar, quando solicitados, apoio e informação à Ouvidoria, assegurados os direitos a privacidade, intimidade e a imagem pessoal.

XIII - Caberá à Reitoria prover as condições mínimas, materiais humanas para o adequado funcionamento da Ouvidoria.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 009/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei cria a função de Ouvidor Corregedor nas Universidades e Faculdades Estaduais do Paraná.

Fundamentação

Conforme parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, o referido projeto, de autoria do nobre Deputado Delegado Bradock, vem ao encontro dos anseios da comunidade docente e discente do nosso Estado. A Ouvidoria nas Faculdades e Universidades Estaduais é o caminho certo para a concretização dos interesses da comunidade de ter instituições Públicas transparentes.

Conclusão

Por parte desta Comissão, portanto, não há óbice para que o Projeto possa tramitar nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a instituição do Dia do Estado do Paraná e do Hino do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECET. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2005 de 09.03.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 087/2005

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Rafael Greca, dispõe sobre a instituição do Dia do Estado do Paraná e do Hino do Estado do Paraná e dá outras providências.

Fundamentação

O projeto em destaque, tem por finalidade instituir um dia do ano, qual seja, 19 de dezembro como sendo o "Dia do Estado do Paraná e do Hino do Estado do Paraná."

A justificativa apresentada pelo eminente Deputado autor do projeto é esclarecedora e por si só traz a fundamentação para aprovação do mesmo, esclarecendo ainda que a data em que recaiu a escolha é justamente a da Emancipação Polícia do Estado do Paraná.

Conclusão

Desse modo, somos favoráveis ao projeto de lei na forma proposta.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPOR-
TES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 087/2005

P A R E C E R :

Trata o presente projeto de lei, de proposta do nobre Deputado Rafael Greca, instituindo o Dia do Estado do Paraná e do Hino do Estado do Paraná.

Adoto como parecer a parte expositiva da justificativa que acompanha o projeto de lei, concluindo pela sua total procedência, conveniência e oportunidade.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que dispõe sobre a disponibilidade de impressora em braile nos Núcleos Regionais de Ensino da Secretaria de Estado da Educação. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECET. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2005, de 29.03.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 134/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni tem como texto:

"Art. 1º A Secretaria de Estado da Educação deverá disponibilizar em seus Núcleos Regionais de Ensino impressoras em braile, com cotas de impressão gratuita para as escolas da Rede Pública Estadual e inclusive as turmas de Educação de jovens e adultos".

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O projeto é constitucional, pois o artigo 24, XIV da Constituição Federal determina que:

"Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência."

Portanto, conforme se depreende do texto acima transcrito, matérias relacionadas ao bem estar, integração e assistência ao portador de deficiência, é de competência concorrente a União, Estados e Distrito Federal.

Desta forma, meu parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 134/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ângelo Vanhoni, dispõe sobre disponibilização de impressora em braile nos núcleos regionais de ensino da Secretaria de Estado da Educação.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável para a mesma.

Quanto ao mérito, a Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia encontrou, na proposição em tela, uma forma de defesa do portador de necessidades especiais, proporcionando ao mesmo sua inclusão em todas as matérias e atividades escolares.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 134/2005.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/2005, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Fundação Francisco Constantini, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 043/2005, de 16.05.2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 280/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Edson Praczyk, declara de Utilidade Pública a Fundação Francisco Constantini, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Elio Rusch, que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Elio Rusch**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, abro mão da chamada nominal, tendo em vista que já existe o quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a verificação de votação.

Deputados que aprovam o projeto queriam levantar-se.

Os que rejeitam queriam levantar-se.

Aprovado o projeto.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 13 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 232 e 150/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 280, 134, 087 e 009/2005; 453, 292/2004 e 581/2003.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 294, 279, 184 e 176/2005.

Levanta-se a Sessão.

